

REFLEXÕES SOBRE A MULHER CONTEMPORÂNEA E A EDUCAÇÃO DOS FILHOS

REFLECTIONS ON THE CONTEMPORARY WOMAN AND EDUCATION OF CHILDREN

PASCALE CHECHI FIORIN¹, NAIANA DAPIEVE PATIAS² E ANA CRISTINA GARCIA DIAS³

Recebido em: 15/04/2011

Aprovado em: 22/09/2011

RESUMO

A partir da modernidade, final do século XVIII, a família passou por algumas transformações importantes, culminando na família contemporânea. Essas transformações são marcadas principalmente por mudanças no papel da mulher nesse contexto. Isso se dá, especialmente, pela saída da mulher do ambiente privado doméstico para o público através do trabalho. Assim, o presente estudo busca realizar uma breve revisão de literatura sobre o papel da mulher e da mãe contemporânea, buscando compreender como essas mudanças geram impacto para própria mulher, em sua família e na educação dos seus filhos. Percebe-se que os novos papéis femininos trazem sentimentos ambíguos e conflituosos para mulher, pois competem com papéis mais tradicionais, o que gera tensão no ambiente familiar e dificuldades na forma de educar os filhos.

Palavras-chaves: Maternidade; Trabalho; Educação; Família.

ABSTRACT

From the modern, late eighteenth century, the family has gone through some major transformations, culminating in the contemporary family. These transformations are marked mainly by changes in the role of women in this context. This is true especially for the ex-wife's private home environment for the public through the work. So this study tries to make a brief review of literature on the role of wife and mother of contemporary, trying to understand how these changes create an impact for his wife, his family and the education of their children. It is noticed that the new female roles and conflicting bring mixed feelings for her, because competing with more traditional roles, thereby generating tension in the family environment and difficulties in the way of educating children.

Keywords: Motherhood; Work; Education; Family.

1 Introdução

A educação faz parte da vida de todos. Ela não acontece somente na escola formal, ela se desenvolve no cotidiano, seja através da comunidade em que a criança e o adolescente encontram-se inseridos, seja no ambiente familiar. De fato, a família é o

primeiro e mais importante ambiente de socialização dos filhos (SHAFFER, 2005). Ela é a responsável por transmitir as primeiras concepções de mundo e valores sociais, sendo a base na estruturação psíquica da criança. A escola, por sua vez, é importante para o desenvolvimento e a construção da identidade, pois além de destinar-se ao

¹ Mestranda em Psicologia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: paca_psi@yahoo.com.br

² Mestranda em Psicologia na UFSM. E-mail: naipatias@hotmail.com

³ Doutora em Psicologia USP/SP, Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSM. E-mail: anacristinagarcias@gmail.com

aprendizado intelectual, ela possibilita vivências e trocas entre diferentes gerações, que permitem ao sujeito se apropriar da história e cultura da humanidade (SANTROCK, 2003). Assim, a escola e a família são duas instituições sociais que constituem núcleos importantes para promoção do desenvolvimento de crianças e adolescentes saudáveis, sociáveis.

Para que isso aconteça, é necessário que esses dois contextos apresentem perspectivas coerentes em termos educacionais e estabeleçam parcerias. É importante que os educadores considerem as transformações ocorridas na família ao longo dos anos e que a família considere as transformações ocorridas na escola, principalmente, no que se refere à educação dos filhos no núcleo familiar (CARVALHO, 2000). Do mesmo modo, a escola deve estar atenta para as novas configurações familiares, que constituem novas organizações e formas de viver (exemplo: famílias homoafetivas, famílias monoparentais femininas ou masculinas, famílias reconstituídas). Dessa forma, a escola não deve se fixar nas concepções de família tradicional (pai, mãe e filhos) como a única ou a melhor configuração, pois essas concepções podem dificultar o relacionamento dos profissionais do contexto escolar com as famílias. No entanto, na prática, percebe-se que essa concepção tradicional de família (formada por pai, mãe e filhos – ideal) ainda prevalece, sendo percebida como a natural e a melhor composição para promover o desenvolvimento humano, em comparação às demais configurações familiares. Famílias que “fogem à regra” da família tradicional são, muitas vezes, patologizadas (MEYER, 1994; WAGNER; LEVANDOWSKI, 2008).

Todas as transformações decorrentes na família afetaram e ainda afetam o comportamento e papéis de homens e mulheres. Sabe-se que as diferentes transformações sociais geraram mudanças nas representações sobre o papel feminino e as ex-

pectativas sociais postas sobre a mulher. Isso ocorreu especialmente em função das mudanças na forma como o feminino passou a ser representado ao longo dos séculos XIX e XX. De fato, a família brasileira sofreu diversas transformações desde o final do século XIX até os dias atuais. De um modelo de família tradicional burguesa, na qual havia o predomínio do patriarcado e a submissão feminina, para a família contemporânea, na qual não há um modelo único e correto de família, sendo que a liberdade feminina passa ser um valor bastante presente nesse contexto (BIASOLI-ALVES, 2000).

Essas transformações geraram diferenças nas representações, papéis e funções vividos pelos sujeitos dentro das relações familiares. Assim, por exemplo, se antes a menina era incentivada a casar, hoje, desde cedo, os pais incentivam sua profissionalização e o seu crescimento profissional (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007). Nesse sentido, observa-se uma maior inserção feminina no mercado de trabalho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), a população feminina em atividade nas regiões metropolitanas, área de abrangência da pesquisa, cresceu de 45,2, em maio de 2002, para 48,2 em 2008. Sabe-se que um número maior de mulheres passou a participar do mercado de trabalho, e esse número está aumentando cada vez mais. Os homens ainda são a maioria de trabalhadores extraluar, contudo, o crescimento na inserção no mercado de trabalho é predominantemente feminino, já que, no mesmo período, o crescimento da inserção masculina foi de 0,2% (2002-66,2% para 2008-66,4%) e a feminina foi de 3%, como já mencionado (IBGE, 2008).

Anteriormente as representações e funções femininas, dentro da família tradicional burguesa, estavam principalmente associadas às noções de determinismo biológico e social, uma vez que as mulheres eram consideradas o esteio da família, eram

elas que assumiam as principais funções no lar, desempenhando os papéis de mãe e esposa (BADINTER, 1985). Atualmente defende-se que a mulher deve ser independente financeiramente, buscando o sucesso e a realização profissional, além daquele encontrado no lar (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007).

Nessa trajetória, parece que a mulher está se vinculando cada vez mais ao mundo do trabalho, podendo, muitas vezes, deixar as funções e papéis que antes estavam associados à sua figura (ser mãe) ou, então, postergar o exercício da maternidade. Nesse sentido, percebe-se, por exemplo, que o número de filhos por mulheres está diminuindo e também está aumentando o número de mulheres que declaram não desejarem ser mães ou, ainda, a idade em que ocorre a maternidade está cada vez mais avançada (TAIN, 2005). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE, por exemplo, indicou que o número de filhos dentro dos lares brasileiros vem diminuindo com o tempo. A taxa média de fecundidade nos anos 1980 era de 4,4 nascimentos; nos anos 1990, ela reduziu para 2,9 nascimentos e, em 2008, esse número caiu para 1,89 filhos por mulher. Assim parece que as mulheres estão tendo menos filhos. Além disso, observando-se a última pesquisa realizada pelo IBGE sobre a faixa etária das gestantes no que se refere à idade do primeiro filho, vê-se que, em 2008, havia 7,3% entre 35 e 39 anos e 2% entre 40 e 44 anos. Essas mudanças não ocorrem de forma universal para todas as mulheres, pois a taxa de natalidade é menor em camadas médias da população, que tendem a priorizar projetos individuais (PATIAS; BUAS, no prelo).

Nas camadas médias da população, a opção por ter menos filhos ou não os ter possivelmente ocorra porque a maioria das mulheres dedica-se não só para a família e cuidado dos filhos, mas também para sua vida profissional, podendo, então, adiar a

maternidade ou optar por não ser mãe. No entanto, quando optam pela maternidade, a maioria das mulheres acumula funções (mães e profissionais). Esse acúmulo de funções pode gerar consequências e vários sentimentos nas mulheres, tais como frustrações, preocupações, cansaço e estresse, em decorrência de uma dupla jornada. Esses sentimentos e vivências femininos, por sua vez, acabam influenciando a educação dos filhos, uma vez que a falta de tempo ou a sobrecarga de atividades pode impossibilitar a dedicação da mãe a seu filho. Assim, percebe-se que é mais difícil, hoje, a participação da mãe na educação dos filhos e, principalmente, no acompanhamento da escola, do que quando ela não trabalhava fora de casa (SPINDOLA; SANTOS, 2003; CARVALHO, 2000).

A partir do exposto, o presente estudo busca realizar uma breve reflexão, com base em uma revisão de literatura não-sistemática, sobre o papel da mulher e da mãe contemporânea, buscando compreender como essas mudanças transformaram as relações familiares dentro do âmbito do lar. Após, buscar-se-á pensar algumas das possíveis consequências que essas transformações podem gerar na educação das crianças.

2 A transformação do feminino: da família tradicional à contemporânea

O papel da mulher dentro da família, desde o final do século XIX, vem sofrendo modificações (BIASOLI-ALVES, 2000). A partir da sociedade patriarcal as mudanças femininas partem do papel de mãe e esposa. A mulher era dominada e deveria ser subordinada ao homem, que seria o provedor. Assim, o espaço feminino era o interior da casa, sendo suas funções promover a segurança e organização do lar, necessárias para o homem trabalhar e se desenvolver no contexto social (BIASOLI-ALVES, 2000; D'INCAO, 2000).

Observa-se que a Igreja teve um papel significativo na educação das meninas desde muito cedo no Brasil. A catequese conduziu a educação para que as mulheres casassem e tivessem filhos. Assim, o ofício feminino era o cuidado com o marido, os filhos, os sogros, os pais, ou seja, de quem necessitasse de sua atenção, nunca podendo pensar de maneira individual ou ter outros projetos de vida que não esses (STASEVSKAS, 2004; AIRÈS, 1981). Nesse contexto, a mulher não era incentivada a estudar, sendo a Educação, no Brasil, designada eminentemente para os homens. Para as mulheres, eram dedicados apenas colégios confessionais, que as ensinariam as primeiras letras e atividades esperadas delas na sociedade (ALMEIDA, 2000). Após essa breve inserção no mundo educacional, o contato com os livros só acontecia em reuniões dentro de casa, para leitura de poemas ao som de algum instrumento musical (STASEVSKAS, 2004; D'INCAO, 2000).

A partir do século XX algumas mudanças alteraram o cenário feminino, como o ensino e o direito ao voto. As lutas feministas que aconteceram na Europa e nos EUA na década de 1960 tiveram um papel importante nessas conquistas. Nesse contexto, a maternidade é vista de forma ambígua, sendo contestável.

A maternidade podia ser representada tanto como símbolo da opressão, dominação e controle do homem sobre a mulher, sendo defendida a livre escolha à mulher de gestar. Por outro lado, a maternidade também era vista como um privilégio, que o homem jamais possuiria (SCAVONE, 2001). Além disso, com o surgimento do preservativo masculino e da pílula anticoncepcional, a mulher passou a ter maior autonomia tanto em sua escolha quanto a engravidar ou não, como em relação ao momento em que a gravidez aconteceria. Essas tecnologias ofereceram à mulher uma maior liberdade em relação ao seu corpo, que lhe permitiu romper com o determinismo biológico que

sustentava as relações familiares tradicionais (SOUZA; RAMIRES, 2006; SCAVONE, 2001).

A década de 1975-1985, foi denominada pela ONU “década das mulheres”. Essa década foi marcada por ações em prol as diferenças de gênero que geravam desvantagem e discriminação a mulher. Foram promovidas conferências internacionais, que discutiram e buscaram aprovar leis e resoluções que aumentassem o bem-estar feminino, bem como ampliasse os direitos da mulher na sociedade (STREY, 1999).

Todas essas ações mundiais em prol do universo feminino auxiliaram a promover a inserção da mulher no mercado de trabalho. A realidade econômica do século XX e as mudanças macroeconômicas, como o declínio na manufatura e o aumento dos setores de serviços e consumo, também favoreceram a saída da mulher do ambiente privado e doméstico para um aberto para o público (SOUZA; RAMIRES, 2006). Inicialmente considerada uma mão de obra barata e pacífica, já que não reivindicavam, a mulher se inseriu no campo das fábricas. No entanto, com o passar do tempo, observou-se que a mulher se inseriu também em outras funções no mundo do trabalho, mas ainda, de maneira geral, naquelas que não eram exercidas pelos homens, como funções associadas à assistência e cuidado (PETERSEN, 1999).

Na contemporaneidade, a mulher conquistou o espaço de ser considerada um cidadão como outro qualquer. De fato, as leis já não apresentam as diferenças de gênero marcantes como em períodos anteriores, assim espera-se que não haja preconceito e discriminações em função do sexo. Diante disso, é mais natural, atualmente, a mulher poder optar por casar ou não casar, casar-se e separar-se, ter um filho sozinha ou mesmo não ter filhos, entre outras possibilidades antes impensáveis. Além disso, com as novas tecnologias reprodutivas, a mulher pode romper a barreira do biológi-

co, podendo gestar com mais idade. Observa-se que até mesmo em relação ao trabalho as mulheres conquistaram espaço em cargos e funções que antes eram exclusivamente masculinas (STREY, 1999).

Os direitos femininos também se modificaram, porém em outros âmbitos, como no ambiente familiar, por exemplo, onde parece que as questões de gênero ainda estão presentes e ancoradas em valores e papéis antigos e tradicionais. A participação masculina nos trabalhos domésticos ainda permanece ofuscada, e a mulher ainda é a principal responsável pela organização da casa, bem como pela educação dos filhos (SZAPIRO; FÉRES-CARNEIRO, 2002; BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007; ALMEIDA, 2007).

Nesse contexto, podem surgir conflitos para as mulheres, ante as novas possibilidades face às conquistas do feminino. Um dos conflitos que se apresenta para algumas mulheres é entre as vivências relacionadas à maternidade e ao trabalho. De fato, as mulheres, principalmente de camadas médias da população, tendem a buscar cada vez mais seu espaço no mercado de trabalho, optando por uma vida mais voltada à realização individual, associada a um reconhecimento profissional. Por outro, está a maternidade, que pode ser desejada, mas adiada ou mesmo evitada em função de projetos pessoais ou, até mesmo, pelo fato de algumas mulheres não desejarem ter filhos, rompendo com o determinismo biológico ou a concepção de que “toda mulher deseja ter filhos”; “toda mulher nasceu para ser mãe” (PATIAS, BUAES, 2009). Essa decisão, muitas vezes, tem o incentivo do marido que também se encontra envolvido com seus projetos individuais, não enxergando a viabilidade de ter um filho em função de tempo e de questões econômicas (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007).

Por outro lado, quando a mulher opta pela maternidade, ela se depara com uma escolha difícil, considerando-se uma série

de valores relacionados à dedicação, abdição de si – concepções tradicionais de maternidade e ainda presente no imaginário social – que podem colocar seu projeto profissional em segundo plano (BIASOLI-ALVES, 2000; RODRIGUES, 2008). Nesse aspecto, podem surgir algumas dificuldades e, até mesmo, sofrimento, em função das escolhas que a mulher pode fazer atualmente: ser mãe apenas, ser trabalhadora, ser mãe e trabalhadora ou ser trabalhadora e não ser mãe. Esses aspectos serão discutidos a seguir.

3 O ser mulher na contemporaneidade: múltiplas funções

Na contemporaneidade, a mulher, principalmente aquelas pertencentes às camadas médias da população, pode viver, em função das múltiplas possibilidades de ser mulher, uma situação bastante conflituosa. Muitas delas encontram-se divididas entre as diversas formas de ser mulher, seja pelo trabalho seja pela maternidade, por exemplo. Quando algumas mulheres optam pelo trabalho e pela maternidade conjuntamente, podem sentir culpa pelo fato de não poder se envolver como gostariam com os filhos e com o marido e, por outro, podem demonstrar estresse e sofrimento por não poderem se dedicar como deveriam e/ou gostariam ao trabalho (ALMEIDA, 2007).

De fato, parece haver uma maior incidência de queixas físicas entre as mulheres que trabalham fora de casa do que entre aquelas que exercem apenas as atividades dentro do lar. As queixas das mulheres que trabalharam fora do lar são, geralmente, cefaleias, gripes, dores abdominais e pélvicas, bem como crises de hipertensão. Alguns estudos, como o realizado por Gomes e Tanaka (2003), demonstram que essas dores podem ser decorrentes de uma excessiva sobrecarga, pois a mulher encontra-se com uma dupla jornada de trabalho (no lar e fora dele).

Essas dificuldades da mulher contemporânea em conciliar o trabalho extraluar com a maternidade podem ser agravadas quando a mulher sofre pressão para não ter filhos dentro do próprio emprego. As dificuldades enfrentadas pelo público feminino no ambiente de trabalho são muitas. As mulheres recebem salários mais baixos em relação aos mesmos cargos ocupados homens; além disso, a mulher pode sofrer discriminação velada no que diz respeito à capacidade ou mesmo outros valores presentes nesse contexto profissional, quando comparadas aos homens (RODRIGUES, 2008; ROCHA-COUTINHO, 2003).

De fato, parece haver um conflito, que atinge o indivíduo, a família e a sociedade. Esses conflitos atingem as mulheres. Por exemplo, no plano psicológico, ao mesmo tempo em que algumas mulheres adiam a maternidade para se dedicar ao trabalho, elas são confrontadas com ideias e valores que indicam que a realização feminina e o ser mulher estão diretamente ligados ao ato de gerar um filho – concepções tradicionais de maternidade. Por outro lado, algumas mulheres que não têm filhos podem conseguir um trabalho pelo fato de não serem mães e poder dedicarem-se exclusivamente ao trabalho. O fenômeno da maternidade tardia (após os 35 anos) pode surgir nesse contexto (RODRIGUES, 2008). A dupla jornada de trabalho feminina faz com que os maridos acabem mais envolvidos com a rotina doméstica, o que pode tanto gerar conflitos entre o casal como ajudar na divisão de papéis, auxiliando a mulher a não se sobrecarregar (SPINDOLA; SANTOS, 2003).

Quando inseridas no mercado de trabalho, as mulheres se veem obrigadas a deixar os filhos em creches quando pequenos ou aos cuidados de outra pessoa. Isso exige a necessidade de serviços qualificados de atendimento, o que nem sempre é possível de encontrar. Ante esse fato, percebe-se que

algumas mulheres podem recorrer a pessoas da família, como avós e tias para realizar o cuidado dos filhos, reorganizando, assim, a dinâmica familiar em função da dupla jornada de trabalho.

De uma maneira ou de outra, observa-se que a forma de cuidar dos filhos modifica-se, pois a mulher passa menos tempo com eles. Além disso, a qualidade do tempo em que as mulheres passam com seus filhos pode ser prejudicada em função da sobrecarga de atividades geradas pelas tarefas do lar, fora as externas (presentes no mundo do trabalho). A educação passada de pais para filhos também foi se modificando em função das novas demandas do mercado e devido a estudos, principalmente da Psicologia, demonstrando efeitos negativos de formas autoritárias de educar (ARIÈS, 1981; DEL PRIORE, 2000). Todas essas modificações, aliadas à dupla jornada de trabalho da mulher, podem gerar sentimentos de ansiedade de separação e tristeza para o filho, e sentimentos de perda, culpa, tristeza e impotência para a mãe (SPINDOLA; SANTOS, 2003; ALMEIDA, 2007).

São as mulheres as principais cuidadoras das crianças. Diversas pesquisas apontam que a mãe tende a se envolver mais com a educação dos filhos (GAUVIN; HUARD, 1999; STRIGHT; BALES, 2003), mesmo que alguns estudos mencionem os pais como dividindo essas tarefas (WAGNER et al., 2005). Historicamente percebe-se que, até a década de 1980 os pais desempenhavam tarefas baseadas na divisão de papéis tradicionais, segundo o gênero. A partir da década de 1980, os papéis parentais passaram por modificações. No entanto, ainda se percebe que, em muitas famílias, coexiste o modelo patriarcal (homem público; mulher privada, do lar), no qual a principal cuidadora das crianças é a mulher (WAGNER et al., 2005).

4 Família e escola no desenvolvimento do indivíduo

As maneiras como se estabelecem as relações familiares dentro do contexto social têm grande importância na aquisição de comportamentos e habilidades infantis e juvenis. Desde muito pequenos os filhos reproduzem o que é ser homem e mulher através da observação do grupo de iguais e do convívio social. A família, a escola, a mídia, enfim, os grupos sociais determinam os modelos que devem ser assimilados; dessa forma, cada sujeito internaliza o modelo a ser seguido dentro de seus próprios recursos sociais, cognitivos e afetivos. Essa internalização é realizada a partir das observações que o indivíduo realiza sobre o que gera ou não recompensas, o que agrega ou não *status* entre seu grupo de iguais (NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004).

De fato, a família é a primeira unidade reprodutora dos valores e experiências presentes na cultura, já que propaga, entre seus membros, os valores e práticas sociais que devem ser vividos por esses indivíduos. Os comportamentos aprendidos no seio familiar serão imitados em casa, na escola e no grupo de amigos (SILVEIRA; ROCHA, 2003).

A escola, por sua vez, é considerada o segundo ambiente mais importante do desenvolvimento humano. Assim, o ambiente escolar propicia, além do aprendizado, a possibilidade de socialização, construção de laços afetivos, troca de experiência, iniciação no contexto social diferenciado da família, proporcionando contato com uma diversidade cultural. Ela é também um espaço físico com diversas atividades que desenvolvem intelectual, cultural e emocionalmente a criança, mediante a inserção de novas vivências e informações, que contribuem para a melhora no desenvolvimento, autoestima e segurança afetiva do indivíduo (DESSEN; POLONIA, 2007).

Esses dois contextos importantes para o desenvolvimento humano devem conviver de maneira harmônica para que a criança não seja prejudicada. De acordo com Dessen e Polônia (2007), quando esses dois ambientes estão integrados, eles propulsionam o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. Para que isso seja possível, considera-se que a escola deva exercer seu papel de educadora, enquanto os pais devam, principalmente, oferecer subsídios ao desenvolvimento sócio-emocional do indivíduo. Ou seja, os pais devem, primeiramente, como primeiros socializadores, educar seus filhos – transmitindo os valores morais e os padrões de conduta como principal função educativa (GOMIDE, 2008). Essa educação passada pelos pais é chamada de educação não-formal ou informal. Ela facilita o ingresso na escola, pois é dela que decorre o processo de socialização, quando a criança aprende as regras para conviver em sociedade (GASPAR, 2002; DESSEN; POLÔNIA, 2007). Assim, quando escola e família têm os mesmos objetivos e metas no que diz respeito à educação, são as crianças e os adolescentes que são beneficiados com essa parceria.

No entanto, as transformações sociais e familiares parecem estar interferindo nessa relação, uma vez que os pais já não se encontram tão disponíveis, como visto em períodos anteriores (TIBA, 2006). Além disso, os discursos dos especialistas sobre a infância contribuíram para que se repensasse as formas de educar, que antes eram quase que exclusivamente realizadas à base da punição (ARIÈS, 1981; ZAGURY, 2008). De fato, ocorreram importantes modificações nas formas de educar, o que deixa os pais, muitas vezes, com dificuldades na maneira de educar seus filhos, ora pendendo para o autoritarismo, ora para a permissividade (GOMIDE, 2008; TIBA, 2006; ZAGURY, 2008).

Assim, as práticas e valores associados à tarefa de educar também se modificaram. Hoje a maioria das famílias tenta educar de forma mais igualitária os filhos, tentando utilizar-se mais do diálogo do que da punição (GOMIDE, 2008; WAGNER; PREDEBON; FALCKE, 2005). Esses fatos decorrem do desenvolvimento científico, já que os especialistas (psicólogos, médicos, psiquiatras etc.) afirmam que educar corretamente se dá através da oferta de amor e limites aos filhos (GOMIDE, 2008; TIBA, 2006; WEBER, 2007). Nesse sentido, encontram-se muitas pesquisas que demonstram os efeitos negativos de uma educação rigorosa e sem afeto, como, por exemplo, o desenvolvimento de comportamentos antissociais, a presença de maiores níveis de depressão, ansiedade, estresse e baixa autoestima em crianças e adolescentes que vivenciam essa situação (GOMIDE, 2008; WEBER, 2007).

Além das dificuldades encontradas pela família na educação dos filhos referentes à escolha de qual a maneira mais adequada de educar, face as orientações dadas pelos especialistas, as mulheres, hoje, encontram dificuldades em conciliar a educação dos filhos e o trabalho, sendo que ambos os fatores afetam a relação da família com a escola (TIBA, 2006; DESSEN; POLÔNIA, 2007; WAGNER et al., 2005).

Já no que diz respeito à opinião dos educadores, a mãe continua sendo a principal responsável pelo acompanhamento dos estudos dos filhos e da sua educação informal (WAGNER; PREDEBON; FALCKE, 2005). No entanto, percebe-se que a partir do momento em que as mulheres entram no mercado de trabalho, já não se encontram tão disponíveis como antes para os filhos. Agora elas também se fazem presentes no espaço público, trabalhando, contribuindo para o aumento da renda familiar. As situações de separação conjugal, também mais frequentes hoje em dia, ocasionaram mudanças na dinâmica familiar e no tempo

disponível das mulheres para a criação dos filhos (WAGNER; PREDEBON; FALCKE, 2005).

Por outro lado, muitos homens-pais estão podendo exercer os papéis de educadores dos filhos, que até então eram papéis essencialmente femininos. No entanto, essa participação ainda é muito pequena se comparada com a participação das mulheres na educação dos filhos (FLECK; FALCKE; HACKNER, 2005; WAGNER et al., 2005). De fato, as principais tarefas realizadas na família em relação à educação dos filhos ainda permanecem sendo, na prática, femininas (JAEGER; STREY, 2011; WAGNER et al., 2005).

Assim, percebe-se que os papéis e tarefas atribuídas ao feminino tem-se modificado ao longo dos anos. No entanto, na prática, ainda permanece a ideia que a mulher é a principal responsável na tarefa de educar seus filhos (FLECK; FALCKE; HACKNER, 2005; WAGNER et al., 2005). Dessa forma, além das responsabilidades presentes no espaço privado acrescem-se as responsabilidades de seus encargos no mundo do trabalho (espaço público). Essas modificações nos papéis feminino acabam por dificultar a conjunção de papéis do lar (casa e família) e do público (trabalho), pois há um somatório de responsabilidades. Em decorrência disso, frequentemente a mulher experiencia conflito e culpa (BORSA; FEIL, 2008; ORSOLIN, 2002). Assim, pode-se pensar que a mulher pode estar deixando a profissão em segundo plano quando opta também por ter filhos ou, de forma diferente, pode estar se sentindo culpada por não estar conseguindo dar atenção necessária aos filhos quando dedica maior tempo à vida profissional (BORSA; FEIL, 2008; CARVALHO, 2000; CARVALHO, 2004; FLECK; FALCKE; HACKNER, 2005).

Muitas vezes, os atores do contexto escolar têm reclamado que os pais não estão educando os filhos de maneira adequa-

da e que isso sobrecarrega os professores. A escola tem afirmado que crianças e adolescentes estão vindo de casa “sem limites” e, muitas vezes, geram problemas no contexto escolar (FLORÊNCIO; BARRETO, 2009; PATIAS; BLANCO; ABAID, 2009). Por outro lado, o problema também é encontrado quando família e escola não são unidas e não pensam de forma coerente (TIBA, 2006). De acordo com Tiba (2006), as dificuldades encontradas na relação família e escola podem ser pensadas também através das modificações que ocorreram e vem ocorrendo na família com o passar dos séculos. A escola, muitas vezes, considera um tipo de aluno como “ideal”, filho de uma família nuclear e capaz de aprender, com facilidade. Com as novas modificações que vem ocorrendo na família, além de os alunos não serem somente filhos de família nuclear (composta de pai, mãe filhos), alguns pais têm demandado muito da escola em termos de educação, deixando para a escola o seu papel primário de educar (RIBEIRO; ANDRADE, 2006). De fato, para Tiba (2006), cabe aos pais a educação primária, ensinando regras e comportamentos; e à escola cabe a educação formal, de livros, além da educação “para a vida”, que também ensina comportamentos e regras sociais. No entanto, tudo deve começar em casa (TIBA, 2006; ZAGURY, 2008). Quando os pais não cumprem o seu papel, essa demanda sobrecarrega os professores, o que pode trazer dificuldades no relacionamento família e escola, comprometendo a educação formal dos alunos (TIBA, 2006).

Desta forma, é desejável ou imprescindível que os pais possam participar e se envolver em assuntos dos currículos escolares de seus filhos. No entanto, esse envolvimento tem-se limitado à obrigação materna, tomada como natural pela escola e pela família, apesar das transformações que ocorreram na família no decorrer dos séculos (ARIÈS, 1981; BADINTER, 1985; CARVALHO, 2004). Assim, ainda é espe-

rado da mãe que ela, além de acompanhar o dever de casa, estimule os estudos dos filhos e lhes ofereça afeto, ao mesmo tempo em que trabalha o dia inteiro fora da casa, como o pai (CARVALHO, 2004). Essas expectativas não se modificaram, recaindo sobre a mulher, que parece estar sobrecarregada atualmente. Por outro lado, é importante ressaltar que a mulher não devia ser a única responsável pela educação dos filhos, pois outros membros da família podem também contribuir para o desenvolvimento das crianças, como os pais e avós, por exemplo.

5 Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo refletir acerca da maternidade na contemporaneidade e como as modificações históricas, sociais e culturais do ser mulher influenciaram no trabalho da mulher e na educação dos filhos. Anteriormente havia mulheres engajadas apenas nas tarefas relacionadas ao lar e ao exercício da maternidade, hoje elas se voltam ao domínio público e profissional, buscando, nesse espaço, também sua realização pessoal. Assim, observa-se que as mulheres se encontram divididas e, muitas vezes, em grande sofrimento devido às diversas expectativas, funções e responsabilidades atribuídas ao papel feminino. Apesar de serem identificadas algumas modificações nas representações sociais sobre o papel feminino e suas funções na sociedade, muitas expectativas e práticas tradicionais coexistem com esses novos elementos. Os estudos atuais demonstram que a mulher se encontra em sofrimento psíquico, uma vez que está ao mesmo tempo preocupada com o seu desenvolvimento individual e profissional e sua realização pessoal obtida através do exercício da maternidade e, conseqüentemente, da educação dos filhos (ORSOLIN, 2002; BORSA; FEIL, 2008).

De fato, a mulher pode estar tendo dificuldades na educação dos filhos, pois apesar das modificações nos papéis femininos, ela continua sendo a principal responsável na tarefa de educá-los. Assim, muitas vezes, a mulher pode se sentir culpada tanto no espaço doméstico, pelo pouco tempo que possui para ficar com os filhos, em função do trabalho; como no espaço público, por não poder realizar e desempenhar a contento seu papel profissional, em função do exercício de uma dupla jornada (BORSA; FEIL, 2008).

Considera-se, portanto, que são necessários maiores estudos para compreender essas experiências subjetivas e objetivas femininas, assim como devem ser desenvolvidas pesquisas que investiguem o impacto dessas transformações na família contemporânea e na educação dos filhos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, L. S. de. Mãe cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia-UPF**, v. 2, n. 19, p. 411-422, 2007.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ALMEIDA, J. R. P. **Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação**. Tradução de A. Chizzotti. São Paulo: EDUC, COM, PED e INEP. (Trabalho original publicado em 1989), 2000.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, P.; ROCHA-COUTINHO, M. Maternidade: Novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, v. 19, n.1, p. 163-185, 2007.

BIASOLI-ALVES, Z. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.16, n. 3, p. 233-239, 2000.

BORSA, J.; FEIL, C. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. **Psicologia.com.pt**, v. 185, p. 1-12, 2008.

CARVALHO, M. E. P. de. Relações entre famílias e escola e suas implicações de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v.110, n. 2, p. 143-155, 2000.

_____. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, 2004.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo : Contexto, 2000.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A Família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

D'INCAO, M. A. A mulher e a família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **Histórias das Mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 223-240.

FLECK, A. C.; FALCKE, D.; HACKNER, I. T. Crescendo menino ou menina: a transmissão dos papéis de gênero na família. In: WAGNER, A. (Org). **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 107-134.

FLORÊNCIO, F. F.; BARRETO, P. Hiperatividade ou falta de limites? **Psicopedagogia on line**, v.1, n.14, p. 1-5, 2009.

GASPAR, A. A educação formal e a educação informal em ciências. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I.; BRITO, F. (Org.). **Ci-**

ência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência; Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Forum de Ciência e Cultura, 2002. p. 171-183.

GAUVIN, M.; HUARD, D. R. Family interaction, parenting style, and the development of planning: A longitudinal analysis using archival data. **Journal of Family Psychology**, v.13, n.1, p. 75-92, 1999.

GOMES, K. R. O.; TANAKA, C. A. Morbidade referida e uso dos serviços de saúde por mulheres trabalhadoras, Município de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v.37, n.1, p. 75-8, 2003.

GOMIDE, P. I. **Pais presentes, pais ausentes:** regras e limites. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 out. 2009.

JAEGER, F. P.; STREY, M. N. Maternidade e violência em situações de opressão. In: JAEGER, F. P.; KRUEL, C. S.; SIQUEIRA, A. C. (Org.). **Parentalidade e contemporaneidade:** os desafios para a Psicologia. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2011. p. 11-31.

MEYER, D. E. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. In: **Movimento** – Escola de Educação Física. Porto Alegre: A/Z Movimento. v. 1, n.1, p. 33-58, set. 1994.

NEGREIROS, M. G. C. T.; FÉRES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, v.4, n. 1, p.34-47, 2004.

ORSOLIN, R. Nem toda a mulher quer ser mãe: novas configurações do feminino. In: CENCI, C. M.; PIVA, M.; FERREIRA, V. **Relações familiares:** uma reflexão contem-

porânea. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 74-88.

PATIAS, N. D.; BLANCO, H. M.; ABAID, J. L.W. Psicologia escolar: proposta de intervenção com professores. **Cadernos de psicopedagogia**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 42-60, 2009.

PATIAS, N. D.; BUAES, C. S. Não têm filhos? Por quê? **Disciplinarum Scientia**, série Ciências Humanas, v. 10, n. 1, p. 121-133, 2009.

PATIAS, N. D.; BUAES, C. S. Eu sou mulher, não mãe! Identidades femininas constituídas pela não-maternidade. **Psicologia & Sociedade**, no prelo.

PETERSEN, A. T. Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero. In: ROSSO, A.; MATTOS, F. B.; WERBA, G. C.; STREY, M. N. (Org.). **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 15-39.

RIBEIRO, D.; ANDRADE, A. A assimetria na relação entre família e escola pública. **Paidéia**, v.16, n. 35, p. 385-394, 2006.

ROCHA-COUTINHO, M. L. O papel de homens e mulheres na família: podemos falar em reestruturação? **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 93-107, 2003.

RODRIGUES, C. M. **Vivências da maternidade tardia, cotidiano e qualidade de vida:** a perspectiva do feminino. 2008. 72f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica)–Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SANTROCK, J. W. **Adolescência:** psicologia del desarrollo. Madrid: McGraw-Hill, 2003.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo entre as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, v.16, n.1, p. 137-150, 201.

- SHAFFER, D. R. **Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. Tradução da 6. ed. norte-americana Cíntia Regina Pemberton Cancissu. São Paulo: Pioneira, 2005.
- SILVEIRA, E. A.; ROCHA, L. M. Estudo exploratório do relacionamento conjugal em casais com um dos cônjuges brasileiro. **Psicologia Clínica**, v.15, n. 2, p. 31-48, 2003.
- SOUZA, R. M.; RAMIRES, V. R. R. **Amor, casamento, família, divórcio...** e depois, segundo as crianças. São Paulo: Summus, 2006.
- SPINDOLA, T.; SANTOS, S. R. Mulher e trabalho: a história de vida de mães trabalhadoras de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.11, n.5, p. 593-600, 2003.
- STASEVSKAS, K. O. **Travessias do feminino no mundo**. 2004. 160 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)–Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, São Paulo, 2004.
- STREY, M. N. Mulher e trabalho. . In: ROSSO, A.; MATTOS, F. B.; WERBA, G. C.; STREY, M. N. (Org.). **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 41-56.
- STRIGHT, A. D.; BALES, S. S. Coparenting quality: contributions of child and parent characteristics. **Family Relations**, v. 52, n. 3, p. 232-240, 2003.
- SZAPIRO, M. A.; FÉRES-CARNEIRO, T. Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v.15, n.1, 179-188. 2002.
- TAIN, L. Um filho quando eu quiser? O caso da França contemporânea. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 53-67, 2005.
- TIBA, I. **Disciplina: limite na medida certa: novos paradigmas**. São Paulo: Integre, 2006.
- WAGNER, A.; PREDEBON, J.; FALCKE, D. Transgeracionalidade e educação: como se perpetua a família? In: WAGNER, A. (Org). **Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 93-105.
- WAGNER, A.; PREDEBON, J.; MOSMANN, C.; VERZA, F. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 181-186, 2005.
- WAGNER, A.; LEVANDOWSKI, D. C.. Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. **Revista textos & contextos**, Porto Alegre, v.7, n. 1. p 88-97, 2008.
- WEBER, L. **Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.
- ZAGURY, T. **Limites sem trauma: construindo cidadãos**. 82. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.